

Policy Brief

BRICS e a Questão Nuclear



Junho de 2012

Núcleo de Política Internacional e Agenda Multilateral

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



Policy Brief

BRICS e a Questão Nuclear



Junho de 2012

Núcleo de Política Internacional e Agenda Multilateral

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS

BRICS e a Questão Nuclear

1. Sumário Executivo

O acrônimo “BRIC” foi criado com base nas questões econômicas, em especial no crescimento projetado para Brasil, Rússia, Índia e China nas próximas décadas. Entretanto, paulatinamente, a dimensão política passa a desempenhar um papel fundamental na tentativa de coordenação de posições em temas das relações internacionais. Nessa dimensão, uma das temáticas de mais relevo é a da questão nuclear.

Este texto apresenta e discute brevemente a relação entre os países BRICS e o regime de não proliferação nuclear, assim como suas respectivas políticas nucleares. Para tanto, dividimos o texto da seguinte forma:

- Começamos com uma breve discussão sobre a posição do grupo BRICS quanto à agenda de segurança internacional, visando salientar as linhas mestras que até o momento podemos traçar em seu posicionamento.

- Apontamos a passagem do tema da não proliferação nuclear para a agenda do Conselho de Segurança.

- Finalmente, analisamos a posição do grupo BRICS e de cada país separadamente face tanto ao regime quanto a questões nucleares de forma mais geral.

2. Introdução

Neste texto, avançaremos uma discussão sobre a relação entre os países BRICS e o regime de não proliferação nuclear, assim como sobre suas respectivas políticas nucleares. Começamos com uma breve discussão sobre a posição do grupo BRICS quanto à agenda de segurança internacional, visando salientar as linhas mestras que até o momento podemos traçar em seu posicionamento. Apontamos, em seguida, a passagem do tema da não proliferação nuclear para a agenda do Conselho de Segurança. Finalmente, analisamos a posição do grupo BRICS e de cada país separadamente face tanto ao regime quanto a questões nucleares de forma mais geral.

3. BRICS e a Agenda de Segurança Internacional

O acrônimo “BRIC” foi criado com base nas questões econômicas, em especial no crescimento projetado para Brasil, Rússia, Índia e China nas próximas décadas.¹ Entretanto, paulatinamente, a dimensão política passa a desempenhar um papel fundamental na tentativa de coordenação de posições em temas das relações internacionais. Percebe-se uma tendência de ampliação temática da agenda, como fica claro nas recentes e seguidas declarações proferidas em nome dos BRICS sobre assuntos como a reforma do Conselho de Segurança, o terrorismo e a “primavera árabe”. A ampliação da atuação do grupo representa uma oportunidade de adensamento de sua institucionalização, porém, por outro lado, pode ter o efeito colateral de exacerbar as divergências entre os BRICS sobre temas da agenda internacional.

As declarações oficiais do grupo enfatizam a perpetuação de uma ordem legal baseada no conceito tradicional de soberania e a necessidade de tênue mudança no desenho institucional que define o processo decisório quanto às normas internacionais. Esses países,

preocupados com a possibilidade da ação unilateral dos países mais desenvolvidos e compartilhando uma percepção de mudança na governança global, têm defendido uma posição favorável ao multilateralismo e ao que consideram como sendo uma democratização das relações internacionais. Assim, lê-se na Declaração de Sanya, documento resultante do encontro entre os líderes dos BRICS em Sanya, na China, em 14 de abril de 2011:

“Compartilhamos a visão de que o mundo está passando por amplas, complexas e profundas mudanças, marcadas pelo fortalecimento da multipolaridade, pela globalização econômica e pela crescente interdependência. Ao enfrentar esse ambiente global em transição e uma infinidade de ameaças e desafios globais, a comunidade internacional deve unir esforços para fortalecer a cooperação em benefício do desenvolvimento comum. Com base em normas universalmente reconhecidas pelo direito internacional e com espírito de respeito mútuo e decisão coletiva, a governança econômica global deve ser reforçada, a democracia nas relações internacionais deve ser estimulada, e a voz dos países emergentes e em desenvolvimento deve ganhar maior ressonância nas relações internacionais”.²

No mesmo documento, houve, pela primeira vez, uma menção

explícita ao Conselho de Segurança da ONU, no trecho em que se defende a “necessidade de uma reforma abrangente nas Nações Unidas, incluindo o seu Conselho de Segurança”. O texto explicita que China e Rússia apoiam a aspiração de Brasil, África do Sul e Índia por um papel “mais protagonista” na ONU”,³ destacando, ainda, que o fato de todos os cinco BRICS estarem no Conselho de Segurança em 2011 seria uma oportunidade para a ação conjunta e estreita nos assuntos de paz e segurança internacionais. Essa menção em um documento dos BRICS vem ao encontro de uma reivindicação, historicamente anterior à formação do grupo, de reforma do Conselho, defendida de maneira mais enfática por Brasil e Índia, além da China

A prática do grupo também ganha expressão no âmbito da segurança internacional: a última reunião dos BRICS do ano de 2011 estabeleceu um plano de ação que comporta reuniões para a discussão sobre questões de segurança. A Declaração de Sanya reitera a preocupação com tais questões, e faz menções diretas aos conflitos do Oriente Médio, do Norte da África, da Síria e à questão do Irã, demonstrando uma posição minimamente coordenada dos BRICS nesse âmbito. Vale

ressaltar, ainda, a importância dada ao papel da diplomacia multilateral e da ONU, no caso de uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Dentre os temas desse âmbito que surgem em suas declarações, destaca-se, ainda, a ameaça do terrorismo internacional. Cabe ressaltar que este não é o único tema de segurança internacional no qual os países BRICS estão engajados; eles participam ativamente de discussões sobre criminalidade internacional, resolução de disputas territoriais, intervenções em conflitos internacionais e internos e controle de armas e desarmamento.⁴ Passamos, a seguir, a uma esfera específica da área de controle de armas e desarmamento - as armas nucleares.

4. O Regime de Não Proliferação Nuclear e os BRICS

O regime de não proliferação tornou-se um tema central na agenda de política internacional, em particular das potências ocidentais e da Rússia, no pós Guerra Fria. O fim da URSS, o renascimento nuclear, as preocupações sobre a segurança de instalações nucleares em países menos desenvolvidos, a percepção de ameaças terroristas de uso de armas de destruição em massa, a descoberta de redes clandestinas de comércio e

transferência de tecnologia nuclear, a erosão de barreiras técnicas para o desenho de armas nucleares são alguns dos estímulos para esse enfoque. Como um regime de não proliferação criado nos anos 1960⁵ já estava disponível no arcabouço normativo da sociedade internacional, muitos têm sido os esforços para fortalecê-lo e/ou reformá-lo. O novo papel do grupo de fornecedores nucleares, visando limitar a exportação de tecnologia para enriquecimento de urânio, o Protocolo Adicional para inspeções nucleares pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), as políticas de pressão e negociação com relação a proliferadores classificados como “perigosos”, as novas formas de monitoramento ambiental e as propostas de multilateralização do ciclo nuclear e a eliminação da produção de novo material físsil⁶ fazem parte desse cenário de preocupações e percepções de ameaças advindas da proliferação.

Diante desse panorama, a crítica e a insatisfação com os mecanismos de governança global por parte dos países que buscam maior participação nos processos decisórios internacionais não poderiam deixar de direcionar-se para o regime de não proliferação nuclear.

4. 1 O Conselho de Segurança e o Regime de Não Proliferação Nuclear

O Conselho de Segurança tornou-se um fórum relevante para lidar com questões de proliferação nuclear apenas no pós Guerra Fria. Anteriormente, a Conferência de Desarmamento e a Assembleia Geral eram os fóruns de discussão do tema.⁷ O Conselho Diretor da AIEA pode referir casos de não aquiescência ao TNP ao Conselho de Segurança e resoluções podem vir a serem geradas, inclusive aquelas baseadas no Capítulo VII. Resoluções em relação a Iraque,⁸ Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Irã,⁹ relativas ao compromisso de países nucleares de não usarem armas nucleares contra países não nucleares, assim como resoluções sobre o perigo da proliferação nuclear, em particular o perigo do acesso a estas armas por parte de atores não estatais, foram aprovadas nos últimos vinte anos.

O Conselho produziu, por exemplo, a resolução 1540, aprovada em abril de 2004, que visava adaptar o regime de não proliferação à presença de atores não estatais buscando acesso a armas de destruição em massa. Brasil, Rússia e China, então no Conselho, votaram a favor. A resolução gerou obrigações para todos

Estados de estabelecer controles domésticos para prevenir a proliferação de armas de destruição em massa e salientava a ilegalidade da provisão de apoio a atores não estatais buscando adquirir tais armas. Trata-se de um movimento peculiar do Conselho, em que este atua como legislador e gera um comitê para avaliar a adaptação dos Estados às regras criadas.

O uso da força para garantir o regime de não proliferação nuclear não foi utilizado até o presente momento, embora parte da argumentação em apoio da intervenção militar no Iraque se baseie na ameaça da proliferação de armas de destruição em massa em seu sentido mais amplo. Contudo, diante da crise iraniana, o uso da força tem sido sistematicamente levantado como possibilidade pelos governos americano, inglês e israelense, normalmente através da terminologia "nenhuma opção está descartada". Assim, a preservação e o fortalecimento do regime de não proliferação nuclear estão intimamente ligados ao debate atual sobre o uso da força a partir de intervenções em defesa de normas internacionais.

4. 2 BRICS e a Questão Nuclear

Os países BRICS têm relações muito diferenciadas com a questão nuclear e, mais especificamente, com o regime de não proliferação. A Rússia e a China estão incluídas na categoria de países nucleares; a Índia tem uma relação ambígua e complexa com o regime, não sendo signatária do TNP; e Brasil e África do Sul são considerados os mais importantes exemplos de sucesso do regime, tendo em vista que decidiram nos anos 90 abandonar seus programas de armas nucleares e aderirem ao TNP.

No caso da África do Sul, desde os anos 90, o país vem sustentando o apoio ao regime de não proliferação nuclear, tendo aderido ao TNP em 1991 e dado fim ao programa de armas nucleares. Em 2002, o país ainda aderiu ao Protocolo Adicional, tendo sido um dos primeiros países africanos a fazê-lo.¹⁰

O governo sul africano considera que o desenvolvimento de um programa de energia nuclear é crucial para a diversificação dos recursos energéticos primários, contribuindo, ainda, para o desenvolvimento econômico e tecnológico e para a mitigação das mudanças climáticas. Dois reatores nucleares operam na África do Sul; o país domina a tecnologia do ciclo do

urânio, embora não haja atividades de enriquecimento em curso.

A posição sul-africana nesses dois aspectos – energia nuclear e não proliferação – foi reafirmada pelo ministro de Energia do país, Dipuo Peters, em discurso na AIEA em 2009. Na ocasião, Peters não apenas ratificou o compromisso com a não proliferação, como também defendeu que os demais países africanos se esforçassem para o estabelecimento de um continente livre das armas nucleares, o que se consolidou em 15 de julho de 2009, com a entrada em vigor do Tratado de Pelindaba¹¹, que instituiu a Área Livre de Armas Nucleares na África. Peters, em outro discurso, dois anos mais tarde, salientou a importância da energia nuclear para o futuro energético mundial e defendeu a união dos países africanos em torno de uma política nuclear segura e voltada às demandas das futuras gerações.¹²

A África do Sul é o único país que chegou a desenvolver armas nucleares e que abdicou delas voluntariamente: ao final da década de 70, o país já produzira um artefato nuclear; em 1990, no entanto, o presidente F.W. de Klerk deu fim ao programa nuclear, inflexão consolidada com a assinatura do TNP no ano seguinte, conforme mencionado

acima.¹³ A proeminência da África do Sul nas discussões regionais sobre a questão nuclear¹⁴ se insere em um contexto marcado por variados aspectos, como o planejamento de redistribuição de sua matriz energética, a busca por legitimação do país no cenário internacional após o fim do *Apartheid*; a pretensão de liderança no continente africano; e o objetivo de angariar maior poder de barganha na política internacional.

A China, nos anos 60, alavancou seu programa de armas nucleares, que já havia sendo debatido desde a década anterior, em um contexto de proliferação nuclear da Guerra Fria.¹⁵ Criaram-se, dessa forma, as condições para o desenvolvimento tanto dessas armas quanto de energia nuclear; esta, no entanto, veio a ser produzida apenas em um período posterior.¹⁶ Atualmente, na condição de maior emissora mundial de dióxido de carbono,¹⁷ a elite decisória chinesa vê a questão nuclear não somente sob o foco das armas nucleares, mas também pelo seu potencial na matriz energética nacional. Nesse sentido, o governo planeja fortes investimentos no desenvolvimento de energia nuclear nos próximos anos.¹⁸ Os interesses a ela associados passaram a englobar a esfera econômica, algo marginalizado

durante a Guerra Fria, período em que as preocupações de segurança monopolizaram os esforços chineses no campo nuclear. Nesse contexto, nos últimos anos, o desenvolvimento de energia nuclear passou a ocupar um papel central nas prioridades estratégicas de produção energética no país.

No que tange às armas nucleares, a política chinesa traz à tona os aspectos de proliferação na Ásia e seu papel geopolítico na região, as suas relações com a Índia e as negociações com os Estados Unidos. O governo chinês colabora para o funcionamento do regime de não proliferação em todas suas dimensões, inclusive adotando medidas de controle de exportação de material nuclear consistente com o regime existente. Em 2008, o governo chinês, através de sua diplomacia, enfatizou a defesa da eliminação das armas nucleares e, em seu Livro Branco de Defesa do mesmo ano, explicitou que todos os países nucleares deveriam destruir suas armas nucleares e interromper as práticas de dissuasão estendida.¹⁹ Essa postura é histórica na política chinesa: em 1964, quando a China levou a cabo seu primeiro teste nuclear, houve uma simultânea manifestação do governo em defesa da eliminação das armas nucleares.²⁰ A

China aderiu ao Protocolo Adicional da AIEA já em 1998, tendo este entrado em vigor em 2002.²¹ Os esforços recentes do governo na modernização, expansão e melhoria da capacidade de suas armas nucleares indica que o país não adotará um curso unilateral de desarmamento;²² essa modernização provoca, ademais, preocupação quanto ao efetivo compromisso que a China teria com o desarmamento.²³

No Livro Branco de Defesa Nacional de 2010, a China reitera seu compromisso com a completa proibição das armas nucleares, assim como com sua destruição, e reforça a necessidade de um esforço internacional no mesmo sentido, inclusive com a criação de zonas livres em todas as regiões do mundo.²⁴ Enfim, a China concatena, em sua política nuclear, a modernização das armas nucleares, a defesa da não proliferação e da destruição dessas armas e a atribuição de grande importância ao desenvolvimento do uso pacífico da energia nuclear. A crescente influência do país no cenário internacional torna suas decisões nessa área um elemento de atenção constante não apenas por parte de seus vizinhos, assim como por parte de países do mundo inteiro, em especial Estados Unidos.

A posição da Índia quanto à questão nuclear é historicamente complexa, sendo bastante divididas a opinião pública interna e as posições partidárias.²⁵ Apesar de o programa nuclear indiano datar da década de 50,²⁶ foi apenas em 1974 que o país fez seu primeiro teste com armas nucleares; vinte e quatro anos mais tarde, levou-se a cabo uma segunda explosão, mesmo ano em que o país se declarou formalmente um país nuclear.²⁷ Esse segundo teste gerou, em 1998, a resolução 1172 do Conselho de Segurança, que condenou os testes nucleares que o país e o Paquistão conduziram em maio daquele mesmo ano e afirmou que as questões pendentes entre ambos deveriam ser resolvidas por meio de diálogo. A Índia é, até hoje, o único país dos BRICS que foi objeto de uma resolução do Conselho nesta área e o único que não aderiu ao TNP.²⁸

O país é historicamente favorável ao desarmamento e à não proliferação. Em relação ao TNP, as críticas da Índia sempre foram incisivas, com frequentes manifestações sobre o que considera como sendo um sistema de perpetuação da desigualdade entre os países.²⁹ Embora tenha aderido ao Protocolo Adicional da AIEA em 2009 (ainda não em vigor no país, no

entanto)³⁰ o país se mantém um ferrenho crítico do regime de não proliferação.³¹ Essa postura se expressou, uma vez mais, na rejeição do país acerca da resolução 1887 do Conselho de Segurança da ONU, de 2009, a qual colocou a adesão ao TNP como central para a não proliferação e o desarmamento nucleares.

As armas nucleares são parte central da estratégia de defesa indiana. A posse dessas armas por seus vizinhos China e Paquistão, que mantêm relações nucleares estreitas entre si, é vista como grande ameaça à segurança do país. A ambiguidade do país acerca dessas armas conjuga, portanto, um apoio geral histórico à não proliferação a uma forte crítica específica ao TNP.

A política nuclear indiana é marcada não somente por preocupações centrais no campo da segurança (regional e internacional), como também no setor de energia. O acordo nuclear entre Índia e Estados Unidos, consolidado em 2007, foi possível devido ao fato de a Índia ter aceitado as inspeções na AIEA em suas instalações de produção nuclear civil, ao mesmo tempo em que preservou as instalações militares dessas inspeções e garantiu a cooperação tecnológica dos Estados Unidos, o que gerou a crítica de que o

acordo seria uma violação do TNP.³² A energia nuclear é vista pelo governo como uma das alternativas de maior potencial tanto para o suprimento da crescente demanda interna por energia quanto para a redução da emissão de dióxido de carbono na atmosfera. Dessa forma, as questões energéticas e de segurança se situam no cerne da política nuclear indiana.

A Rússia promoveu testes com armas nucleares entre os anos de 1949 e 1990³³ e é, atualmente, a segunda maior potência nuclear do mundo, atrás dos Estados Unidos, porém bem à frente da China. Sua posição oficial é contrária à proliferação nuclear e, ao passo que apoia o desarmamento, o país não dá sinais de que abandonará sua capacidade nuclear, mantendo ainda cerca de 12000 ogivas nucleares.³⁴ A Rússia participa também de negociações bilaterais com os Estados Unidos o que tem levado à diminuição de seu arsenal nuclear. As armas nucleares desempenham três principais papéis na política de segurança nacional russa: um símbolo do *status* do país, um elemento de dissuasão e um recurso para eventuais usos em situações específicas em que sofra algum ataque em seu território que seja percebido como uma ameaça à existência do Estado, mesmo que

esse ataque seja feito com armas convencionais.³⁵

Percebe-se que a Rússia trata as armas nucleares como fonte essencial de segurança nacional, o que ficou nítido em 1993, quando o país declarou, pela primeira vez, ter o direito ao primeiro uso das armas nucleares.³⁶ O país aderiu ao Protocolo Adicional em 2000, o qual entrou em vigor sete anos mais tarde.³⁷ No que tange à questão simbólica, deve ser levado em consideração que o *status* nuclear e o poder de veto no Conselho de Segurança conferem à Rússia uma grande e efetiva influência na agenda de segurança internacional, mesmo depois do fim da Guerra Fria, do declínio de sua condição econômica e do fim da URSS. Nesse contexto, o fim da era bipolar não significou o total rebaixamento da influência russa e, por conseguinte, manteve suas relações com os Estados Unidos no centro de sua política externa, em que ainda são privilegiadas as relações com União Europeia e China. Em sua Doutrina Militar de 2010, a Rússia relaciona o potencial uso das armas nucleares aos conflitos regionais e globais, como forma de dissuasão e prevenção da escalada de conflitos.³⁸

Na área de energia, a questão nuclear também se mostra proeminente. Em 2010, a produção

nuclear de energia correspondeu a 16,6% do total no país, e o planejamento nacional indica a expansão do setor nas próximas décadas.³⁹ Além disso, a Rússia é responsável por considerável parcela da construção de instalações de energia nuclear pelo mundo, sendo um forte setor na geração de empregos e no crescimento econômico.⁴⁰ No âmbito das negociações internacionais, o país é protagonista na defesa de abordagens multilaterais para a questão do ciclo de combustível nuclear e de fornecimento do combustível: em 2006, compôs a proposta dos seis países, conhecida como “*Six-Country Concept*”, a fim de garantir o fornecimento de urânio enriquecido a países que não produzem o mesmo.⁴¹ Em 2007, gerou-se a iniciativa de estabelecer um centro internacional de enriquecimento de urânio que possa garantir as reservas e o fornecimento de urânio com baixo teor de enriquecimento.⁴² Em geral, as propostas russas para a energia nuclear e para o enriquecimento de urânio se associam diretamente ao interesse por manter um controle internacional, via AIEA, sobre as instalações nucleares.

No Brasil, a busca pelo desenvolvimento de uma indústria nuclear autônoma tem sido uma

constante na política nuclear do país nos últimos 60 anos.⁴³ A tecnologia para enriquecimento de urânio é, portanto, vista como essencial para esse esforço e o país controla todas as etapas para a produção de energia nuclear da mineração ao enriquecimento.

A adesão à não proliferação por parte do Brasil remonta à assinatura do “Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe”, também conhecido como “Tratado de Tlatelolco”, em 1967. Em 1987, o país reconheceu a existência de um programa paralelo sob direção militar e, em 1991, permitiu à AIEA o acesso às instalações. O país aderiu às medidas de controle de exportações e, em 1996, foi admitido ao Grupo de Fornecedores Nucleares. Por outro lado, os acordos entre Argentina e Brasil e a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) em 1991 geraram um modelo regional de não proliferação de grande sucesso. Ao mesmo tempo, no que diz respeito ao TNP, o Brasil se mostrou historicamente relutante, como atesta a adesão tardia em 1998 e a não adesão ao Protocolo Adicional.

Com a adesão tardia ao TNP, a posição brasileira se mostrou fortemente favorável ao desarmamento

e à desnuclearização.⁴⁴ Contudo, a relutância histórica em relação ao Tratado não cessou por completo, como se percebe no caso do Protocolo Adicional; não há consenso acerca de sua adesão nem mesmo entre proeminentes diplomatas brasileiros, como se evidencia na divergência entre Samuel Pinheiro Guimarães, fortemente contrário à adesão, e Rubens Ricupero, para quem a adesão não contrariaria o interesse nacional.⁴⁵ Durante o Governo Lula, a política nuclear adquiriu maior atenção tanto no setor energético quanto na política externa, como atesta a disposição do Brasil em ser mediador nas negociações acerca do programa nuclear iraniano. O governo vem reiterando seguidas vezes que o programa nuclear brasileiro é exclusivamente civil e industrial, com o enriquecimento de urânio servindo estritamente a fins pacíficos.

Os recentes esforços da política nuclear brasileira se baseiam em uma defesa incondicional do uso pacífico da tecnologia nuclear, associado à proscrição da proliferação nuclear, como se percebe na Estratégia de Defesa Nacional de 2008.⁴⁶ Esta ainda salienta o potencial da energia nuclear para a matriz energética brasileira, a busca pela construção de um submarino de propulsão nuclear e a

centralidade do setor nuclear para a defesa nacional. Por fim, a Estratégia deixa claro que o Brasil não aderirá a acréscimos no TNP que visem à ampliação das restrições do Tratado antes que os países nucleares tenham avançado no que se refere ao seu compromisso com o desarmamento.

A inclusão na Constituição de 1988 de uma provisão que limita o uso de energia nuclear para fins pacíficos é, somada à adesão ao TNP, citada com frequência como fundamento da política nuclear do país. Ainda assim, a atenção internacional ao programa brasileiro é constante, como se pôde verificar em momentos de tensão na relação do governo com a AIEA nos últimos anos, assim como nas controvérsias com os Estados Unidos sobre o tema e na participação, em 1998, da criação da Coalizão para uma nova Agenda.⁴⁷ Em síntese a questão nuclear é, para o Brasil, um modo de desenvolver energia alternativa, aprimorar a segurança nacional, exercer maior influência na agenda de segurança internacional e avançar seu objetivo de desempenhar um papel mais proeminente no cenário internacional.

Os países BRICS, enquanto grupo, têm incorporado lentamente o tema nuclear em sua agenda. No comunicado conjunto divulgado ao fim

da Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos BRIC⁴⁸, na Rússia, em 2008, a questão da não proliferação é diretamente associada ao desarmamento, enfatizando-se que ambos devem andar juntos. Ademais, o Comunicado explicita a preocupação com uma corrida armamentista no espaço sideral, sugerindo um esforço multilateral para preveni-la. Contudo os comunicados que se seguiram a este não mencionam a questão nuclear.⁴⁹

A análise das posições dos países BRICS frente às resoluções sobre questões nucleares no Conselho de Segurança desde 1991 nos permite afirmar que este grupo de países tem sistematicamente apoiado as resoluções que visavam reafirmar o regime de não proliferação nuclear. São, portanto, atores que favorecem a reprodução do regime.

Entretanto, a carência de legitimidade do regime e sua crise atual adquirem expressão nas posições de alguns países BRICS. Um exemplo da tensão em torno do regime de não proliferação nuclear ocorreu em maio de 2010, quando Brasil, Turquia e Irã, em uma tentativa de lidar com a crise nuclear iraniana, acordaram uma transferência de urânio enriquecido cuja rota seria Turquia, depois França e Rússia e de volta para o Irã, para o uso em atividades civis sob a

supervisão da AIEA. O objetivo era evitar que o último obtivesse material para a produção de armas nucleares. O Brasil e a Turquia eram membros do Conselho de Segurança naquela instância e seus presidentes já haviam manifestado uma proposta de negociação; além disso, a iniciativa brasileira e turca já havia sido apoiada pelos governos da China e da Índia em uma reunião do BRIC em 15 de abril do mesmo ano, em Brasília. A negociação, contudo, não obteve apoio dos Estados Unidos e dos países europeus e o Conselho votou novas sanções contra o Irã em junho. A resolução 1929 recebeu o voto negativo apenas do Brasil, tendo China e Rússia a apoiado. A diferença entre os países BRICS na votação dessa resolução pode ser interpretada como uma expressão da distinta relação que China e Rússia, por um lado, e Índia, Brasil e África do Sul, por outro, estabelecem com o regime de não proliferação. Observa-se que a resolução não se refere à produção de armas nucleares pelo Irã, mas ao seu direito de enriquecer urânio. Esse tema cinde os países BRICS, visto que Rússia e China favorecem as novas limitações ao enriquecimento de urânio, ao passo que os três outros países reafirmam o direito de acesso à tecnologia.

5. Conclusão

O papel dos BRICS como grupo de articulação e fórum de discussão e difusão de ideias ainda está se delineando. A relevância do grupo para cada um dos países e sua relação com outros mecanismos de articulação de países que buscam maior participação no processo decisório internacional também não se definiram com nitidez até o momento. Trata-se de um grupo extremamente heterogêneo, que estabelece relações diferenciadas com as instituições predominantemente liberais de governança global. A China não é uma democracia liberal e a Rússia ainda tem instituições democráticas pouco enraizadas, enquanto os demais países BRICS são democracias estáveis. Se levarmos em consideração os indicadores econômicos e militares, também observaremos diferenças muito significativas. Não obstante, podemos observar que, nos últimos três anos, o grupo tem adquirido maior relevância no debate político e econômico internacional, sendo incorporado ora ao discurso sobre o que se considera como a multipolarização do sistema internacional.

Os países BRICS favorecem a reprodução dos mecanismos de

governança existentes no campo da segurança e têm apoiado as ideias de não proliferação, difusão de tecnologia e desarmamento que são fundamentos do regime no qual se focou este texto, porém divergem quanto ao processo de reforma e fortalecimento do regime, sobre a ênfase dada a esses três fundamentos e sobre a crítica à classificação de países nucleares e não nucleares. A ameaça do uso da força ou o uso da força para garantir a aquiescência ao regime de não proliferação nuclear tende a ser um movimento que encontrará resistência entre os países BRICS. Neste sentido, a análise de seu lugar no debate sobre os mecanismos de governança global é crucial.

As posições e atitudes dos países BRICS, ou dos BRICS como grupo, no que tange ao regime de não proliferação nuclear indica que a opção preferencial desses países tem sido impedir a emergência de novas formas de governança. São países, ou um grupo de países, que optam sistematicamente por apoiar as normas e regras existentes, manifestando suas críticas nas margens do debate – seja quando salientam injustiças nas normas vigentes, seja quando buscam obstruir formas de intervenção que ameacem seus percursos de emergência –, em particular quando

interesses regionais ou direitos soberanos estão em jogo. Os BRICS, enfim, defendem o *status quo* em termos do conjunto dos mecanismos de governança que possibilitam e limitam o comportamento dos atores na esfera internacional, ao mesmo tempo em que buscam seu reposicionamento nas relações de poder que constituem tais mecanismos.

6. Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto. 2010. **Protocolo Adicional ao TNP: Duas Visões Contrastantes**. *Blog* "Diplomatizzando", em 12 de abril de 2010. Disponível em: <<http://diplomatizzando.blogspot.com/2010/04/2082-protocolo-adicional-ao-tnp-duas.html>>. Acesso 27 de janeiro de 2012.

AVNEET, Tour. 2009. **United States-India Civilian Nuclear Agreement: a Fresh Perspective on Non-proliferation Regime. Selected Works**. Disponível em: <http://works.bepress.com/avneet_toor/1/>. Acesso em: 23 de jan 2011.

BAJORIA, Jayshree e PAN, Esther. 2010. The US-India Nuclear Deal. **Council of Foreign Relations**. Disponível em: <<http://www.cfr.org/india/us-india-nuclear-deal/p9663#p7>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2012.

BERGNER, Jonathan D. 2011. **Going nuclear: Does the NPT matter? Case studies in nuclear weapons decision-making**. Washington: Georgetown University.

BRUNEAU, Richard. 2006. Engaging a nuclear India: Punishment, Reward, and the politics of non-proliferation. **Journal of Public and International Affairs**, Vol.17, 2006, p.27-46. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/jpia/past-issues-1/2006/2.pdf>>. Acesso em: 23 de jan 2011.

CHINA'S National Defense. 2011. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7114675.htm>. Acesso em: 23 de jan 2011.

CUSTERS, Peter. 2009. A Different Perspective on the US-India Nuclear Deal. **Monthly Review**, Vol. 61, N.4, set 2009. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2009/09/01/a-different-perspective-on-the-u-s-india-nuclear-deal>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

DECLARAÇÃO DE SANYA – Reunião de Líderes do BRICS em Sanya, China, 14 de Abril de 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-2013-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>>. Acesso em 24 de janeiro de 2012.

DVORKIN, Vladimir. 2009. Reducing Russia's reliance on Nuclear Weapons in Security Policies. In: HANSELL, CRISTINA; POTTER, WILLIAM. (Ed). **Engaging China and Russia on Nuclear Disarmament**. Monterey Institute of International Studies: James Martin Center for Nonproliferation Studies, p.89-102.

FLEMES, Daniel. 2006. Brazil's nuclear policy from technological dependence to civil nuclear power. **GIGA**, n.23, jun 2006.

FLEMES, Daniel. 2009. Brazilian Foreign Policy in the Changing World Order. **South African Journal of**

International Affairs, Vol.16, N.2, p.161-182.

HOU, Jianchao; TAN, Zhongfu; WANG, Jianhui; e XIE, Pinjie. 2011.

Government Policy and Future Projection for Nuclear Power in China.

ASCE. Journal of Energy

Engineering, Vol.137, N.3, set 2011.

Disponível em:

<http://ascelibrary.org/eyo/resource/1/jleed9/v137/i3/p151_s1?isAuthorized=no>. Acesso em: 23 de jan 2011.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY (IAEA). 2009. **Africa**

Renounces Nukes: Treaty's Entry Into Force Makes Entire Southern Hemisphere Free of Nuclear Weapons, 14 de agosto de 2009.

Disponível em: <

<http://www.iaea.org/newscenter/news/2009/africarenonces.html>>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY (IAEA). 2011. **Conclusion of Additional Protocols: Status as of 22 Dec 2011**. Disponível em: <

http://www.iaea.org/OurWork/SV/Safeguards/documents/AP_status_list.pdf>.

Acesso em 26 de janeiro de 2012.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY (IAEA). 2005. **Non-Proliferation of Nuclear Weapons & Energy Security. IAEA Safeguards Agreements and Additional Protocols**. Maio, 2005. Disponível em:

<<http://www.iaea.org/Publications/Books/lets/nuke.pdf>>.

Acesso em 26 de janeiro de 2012.

KONO, Tsutomu. 2006. **The Security Council's Role in addressing WMD Issues: Assessment and Outlook**.

SIDHU, Waheguru Pal Singh e

THAKUR, Ramesh (eds.). **Arms**

Control After Iraq: Normative and Operational Challenges. New York:

United Nations University Press.

KOUDRIK, Igor; NIKITIN, Alexander.

2011. **Second life: The questionable safety of life extensions for Russian nuclear power plants**. **The Bulletin**,

dez 2011. Disponível em:

<<http://www.thebulletin.org/web-edition/op-eds/second-life-the-questionable-safety-of-life-extensions-russian-nuclear-power-plan>>. Acesso em: 18 de jan 2012.

KURAMOTO, Renato; APPOLONI,

Carlos. 2002. **Uma breve história da política nuclear brasileira**. In:

Cad.Bras.Ens. Fis, Vol.19, N.3, dez 2002, p.379-392.

LEWIS, Jeffrey. **Chinese nuclear posture and force modernization**. In:

HANSELL, CRISTINA; POTTER, WILLIAM. (eds.) **Engaging China and**

Russia on Nuclear Disarmament. Monterey Institute of International

Studies: James Martin Center for Nonproliferation Studies, 2009. p.37-46.

LODGAARD, Sverre e MAERLI,

Bremer (eds.). 2007. **Nuclear Proliferation and International Security**. Londres: Routledge.

MAHDY, Fareed. 2009. **Africa joins the nuclear-free club**. **IPS**, out 2009.

Disponível em:

<<http://ipsnews.net/news.asp?idnews=48221>>. Acesso em: 18 de jan 2012.

MANNING, Robert; MONTAPERTO, Ronald; COCHAIRS, Brad. 2000.

China, Nuclear Weapons, and Arms Control: A Preliminary Assessment.

Council on Foreign Relations, 2000.

Disponível em:

<<http://www.taiwandocuments.org/cfr01.PDF>>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. 2008.

Estratégia Nacional de Defesa.

Disponível em: <

http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_n

acional_portugues.pdf>. Acesso em: 23 de jan 2011.

NIKISHENKOV, Oleg. 2011. Nuclear rethink urged. **The Moscow News**, março 2011. Disponível em: <<http://themoscownews.com/bizfeature/20110321/188510794.html>>. Acesso em: 18 de jan 2012.

NUCLEAR Power in India. 2012. **World Nuclear Association**, jan 2012. Disponível em: < <http://world-nuclear.org/info/inf53.html>>. Acesso em 27 de janeiro de 2012.

NUCLEAR Power in Russia. 2011. **World Nuclear Association**, dez 2011. Disponível em: <<http://www.world-nuclear.org/info/inf45.html>>. Acesso em: 18 de jan 2012.

NUCLEAR Power in South Africa. 2011. **World Nuclear Association**, dez 2011. Disponível em: <<http://world-nuclear.org/info/inf88.html>>. Acesso em: 18 de jan 2012.

NUCLEAR THREAT INITIATIVE (NTI). 2012. **Country Profiles: India**. Disponível em: <<http://www.nti.org/country-profiles/india/>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2012.

O'NEILL, Jim. 2011. BRICs' Rapid Growth Tips the Global Balance. **The Telegraph**, 20 de novembro de 2011. Disponível em: < <http://www.telegraph.co.uk/finance/financialcrisis/8902824/Jim-ONeill-BRICs-rapid-growth-tips-the-global-balance.html>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2012.

O'NEILL, Jim. 2001. Building Better Global Economic BRICs. Global Economics Paper, N.66, novembro 2001. **Goldman Sachs**. Disponível em: < <http://www2.goldmansachs.com/our-thinking/brics/brics-reports-pdfs/build->

[better-brics.pdf](#)>. Acesso em 04 de fevereiro de 2012.

OPEN SOURCE CENTER. 2010. South Africa's Nuclear Nonproliferation Posture Remains Consistent. **FAS**, abril 2010. Disponível em: <<http://www.fas.org/nuke/guide/ras/nuk e/osc0410.pdf>>. Acesso em: 23 jan 2012.

PARTHASARATHY, Gopalaswami. 2006. Nuclear Disarmament, Nuclear Proliferation and WMD Proliferation: An Indian Perspective. In: SIDHU, Waheguru Pal Singh e THAKUR, Ramesh (eds.). **Arms Control After Iraq: Normative and Operational Challenges**. New York: United Nations University Press.

PATTI, Carlo. 2010. Brazil and the Nuclear issues in the years of the Luiz Inacio Lula da Silva government (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol.53, N.2, 2010, p.178-195.

PETERS, Dipuo. 2011. **Opening remarks during the occasion of the 2nd Regional Conference on Energy and Nuclear Power in Africa**. Cidade do Cabo, África do Sul, 30-31 maio 2011. IAEA website. Disponível em: <<http://www.iaea.org/NuclearPower/Downloads/Infrastructure/meetings/2011-May-Africa/Speech-D.PetersMinistersEnergy-South-Africa.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

PRETORIUS, Joelien. 2008. Should civilian nuclear sales to India be allowed? **Center for International Political Studies**, N.6.

REGEHR, Ernie. 2009. Africa as a Nuclear-weapon-free zone. **The Ploughshares Monitor**, Vol.30, N.3, outono 2009.

RUSSIA'S nuclear fuel cycle. 2011. **World Nuclear Association**. Disponível em: <http://www.world-nuclear.org/info/inf45a_Russia_nuclear

_fuel_cycle.html>. Acesso em: 18 de jan 2012.

SAALMAN, Lora. 2009. How Chinese Analysts view arms control, disarmament, and nuclear deterrence after the cold war. In: HANSELL, CRISTINA; POTTER, WILLIAM. (Ed). **Engaging China and Russia on Nuclear Disarmament**. Monterey Institute of International Studies: James Martin Center for Nonproliferation Studies, p.47-71.

SHEN, Dungli e ZHANG, Jiadong. 2006. China's Perspectives on WMD Proliferation, Arms Control, Disarmament and Related Threats from Non-state Actors. In: SIDHU, Waheguru Pal Singh e THAKUR, Ramesh (eds.). **Arms Control After Iraq: Normative and Operational Challenges**. New York: United Nations University Press.

SOKOV, Nikolai. 2009. The Evolving Role of Nuclear Weapons in Russia's Security Policy. In: HANSELL, CRISTINA; POTTER, WILLIAM. (Ed). **Engaging China and Russia on Nuclear Disarmament**. Monterey Institute of International Studies: James Martin Center for Nonproliferation Studies, p.73-88.

SOKOV, Nikolai. 2011. The new, 2010 Russian military doctrine: The Nuclear Angle. **CNS**, fev 2011. Disponível em: <http://cns.miis.edu/stories/100205_russian_nuclear_doctrine.htm>. Acesso em: 18 de jan 2011.

SPECTOR, Leonard S. 2009. The Future of the Nonproliferation Regime. In: LARSEN, Jeffrey e WIRTZ, James J. (eds.) **Arms Control and Cooperative Security**. Londres: Lynne Rienner.

STUENKEL, Oliver. 2011. Identity and the Concept of the West: the Case of Brazil and India. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol.54, N.1, 2011, p.178-195.

STUENKEL, Oliver. 2010. Identidade, status e instituições internacionais: o caso do Brasil, da Índia e do tratado de não proliferação. **Contexto Internacional**, Vol.32, N.2, dez 2010, p.519-561.

TRENIN, Dmitri. 2005. Russia's Nuclear Policy in the 21st Century Environment. **IFRI**, outono 2005. Disponível em: <http://www.ifri.org/files/Securite_defense/prolif_12_Trenin.pdf>. Acesso em: 23 de jan 2011.

UNGERER, C. e HANSON, M. (eds.). 2001. **The Politics of Nuclear Non-Proliferation**. Sydney: Allen and Unwin.

YUAN, Jing-dong. 2009. China and the Nuclear-free world. In: HANSELL, CRISTINA; POTTER, WILLIAM. (Ed). **Engaging China and Russia on Nuclear Disarmament**. Monterey Institute of International Studies: James Martin Center for Nonproliferation Studies, p.25-36.

YUDIN, Yury. 2009. **Multilateralization of the Nuclear Fuel Cycle: Assessing the Existing Proposals**. Nova York e Genebra: UNIDIR.

YUDIN, Yury. 2010. **Multilateralization of the Nuclear Fuel Cycle: Helping to Fulfill the NPT Grand Bargain**. Nova York e Genebra: UNIDIR.

WEITZ, Richard. 2010. Global insights: Russia's new military doctrine reaffirms old values. **World Politics Review**, fev 2010. Disponível em: <<http://www.worldpoliticsreview.com/articles/5094/global-insights-russias-new-military-doctrine-reaffirms-old-values>>. Acesso em: 18 de jan 2011.

WILSON, Dominic e STUPNYTSKA, Anna. 2007. The N-11: More Than an Acronym. Global Economic Report, N.153. **Goldman Sachs**. Disponível em:

<<http://www.chicagobooth.edu/alumni/clubs/pakistan/docs/next11dream-march%20'07-goldmansachs.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

ZAGORSKI, Andrei. 2006. Russia's Perspective on the World Order and WMD Proliferation. In: SIDHU, Waheguru Pal Singh e THAKUR, Ramesh (eds.). **Arms Control After Iraq: Normative and Operational Challenges**. New York: United Nations University Press.

ZHANG, Baohui. 2011. US missile defense and China's nuclear posture: changing dynamics of an offense-defense arms race. **International Affairs**, Vol. 87, N.3, 2011, p.555-569.

ZHOU, Yun; RENGIFO, Christian; CHEN, Peipei; HINZE, Jonathan. 2011. Is China ready for nuclear expansion? **Energy Policy**, Vol.39, N.2, 2011, p.771-781.

¹ A criação do acrônimo advém do artigo publicado por Jim O'Neill, economista-chefe do grupo financeiro *Goldman Sachs*, em 2001. Ver O'Neill (2001); para uma recente ponderação do autor sobre sua análise de 2001, ver O'Neill (2011).

² A Declaração de Sanya está disponível no site do Itamaraty: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-2013-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>.

³ Há de se observar, no entanto, que não há menção explícita ao apoio de China e Rússia a uma proposta de Brasil, Índia ou África do Sul pela reforma do Conselho.

⁴ No site do núcleo de *Política Internacional e Agenda Multilateral* do *BRICS Policy Center*, é possível encontrar análises sobre os BRICS em outras questões de segurança internacional.

⁵ O Tratado de Não Proliferação Nuclear, o mais importante pilar normativo do regime, entrou em vigor em 1970. O tratado estabelece que os países nucleares em 1º de janeiro de 1967, China, Estados Unidos, França, Grã Bretanha e União Soviética seriam os únicos a possuírem armas nucleares. O acesso à tecnologia nuclear seria garantido e um processo de desarmamento nuclear seria negociado. Israel, Índia, Coreia do Norte (desde 2003) e Paquistão não são partes signatárias e possuem armas nucleares. As inspeções da

Agência Internacional de Energia Atômica, o controle de exportações e uma série de outros tratados compõem o regime, destacando-se as zonas livres de armas nucleares. Ver Ungerer e Hanson (2001), Lodgaard e Maerli (2007) e Spector (2009).

⁶ Propostas para a eliminação da produção de novo material fissil vêm sendo negociadas sem sucesso no âmbito da ONU desde 1993.

⁷ Ver Kono (2006).

⁸ O programa de armas de destruição em massa do Iraque foi o primeiro caso de inclusão na agenda do Conselho das ameaças de armas nucleares. Em 1991, após a Guerra do Golfo, o Conselho criou a Comissão de Observação, Verificação e Inspeção das Nações Unidas (UNMOVIC) e um grupo de ação da AIEA, com o objetivo tanto de verificar o cumprimento pelo Iraque da obrigação, imposta pelo Conselho de Segurança, de se desfazer das armas de destruição em massa quanto de monitorar e assegurar que o país não voltaria a adquirir ou produzir as mesmas.

⁹ Desde 2002, quando um grupo de oposição denunciou a existência de um programa de enriquecimento de urânio em instalações nucleares em Natans, no Irã, o programa nuclear iraniano tem sido o foco de preocupação internacional e objeto de resoluções do Conselho de Segurança da ONU, com a imposição de sanções e pressões de diferentes países desde 2006. Em 04 de fevereiro de 2006, 27 dos 35 membros do *Board of Governors* da AIEA votaram a favor de reportar o Irã ao Conselho de Segurança da ONU (houve três votos contrários e cinco abstenções: Argélia, Bielorrússia, Indonésia, Líbia e África do Sul).

¹⁰ Ver IAEA (2005); IAEA (2011).

¹¹ O tratado foi assinado em 1996. Ver IAEA (2009); Mahdy (2009); Regehr (2009); e Open Source Center (2010).

¹² Ver Peters (2011).

¹³ Ver Nuclear Power in South Africa (2011).

¹⁴ O texto do Tratado de Pelindaba foi negociado em Joanesburgo e Pelindaba, ambas localizadas na África do Sul.

¹⁵ Ver Manning *et al.* (2000); e Shen e Zhang (2006).

¹⁶ Zhou *et al.* (2011) afirmam que é apenas a partir de 2005 que a China passou a desenvolver um plano estratégico de longo prazo para o desenvolvimento nuclear civil. A primeira explosão de um artefato nuclear por parte da China ocorrera em 1964 (Manning *et al.*, 2000).

¹⁷ A China ultrapassou os EUA como maior emissor de dióxido de carbono na segunda metade da década passada em valores absolutos, e não *per capita*. Mais informações, dados e análises acerca das emissões de CO2 podem se acessados nos *sites* da *PBL Netherlands Environmental Assessment Agency* (<http://www.pbl.nl/en/dossiers/Climatechange/moreinfo/Chinanowno1inCO2emissionsUSAinscondposition>) e do *Carbon Dioxide Information Analysis Center* (CDIAC) (http://cdiac.ornl.gov/by_new/bysubjec.html#trace).

¹⁸ Ver Hou et al. (2011).

¹⁹ Ver Yuan (2009).

²⁰ Ver Yuan (2009); Saalman (2009).

²¹ A China foi o primeiro país nuclear a ratificar o protocolo.

²² Ver Zhang (2011); Zhou et al. (2011)

²³ Ver Shen e Zhang (2006); Lewis (2009).

²⁴ Ver China's National Defense (2011); Yuan (2009).

²⁵ Ver Pretorius (2008); Stuenkel (2010).

²⁶ O programa nuclear indiano foi lançado em 1958, mas apenas em 1968 o programa passaria a incluir explosivos nucleares. Para mais informações sobre o perfil nuclear da Índia, ver *Nuclear Threat Initiative* (NTI), em: <<http://www.nti.org/country-profiles/india/>>.

²⁷ Ver Bruneau (2006); Avneet (2009).

²⁸ Brasil, Rússia e China, membros do Conselho quando votação da resolução, votaram a favor.

²⁹ Ver Parthasarathy (2006); Stuenkel (2010, 2011).

³⁰ O Protocolo Adicional entra em vigor ou diante da assinatura ou de uma confirmação escrita de que seus pré-requisitos domésticos foram observados. Nesse último caso, é necessária uma notificação do país à Agência Internacional de Energia Atômica.

³¹ Ver IAEA (2011); Nuclear Power in India (2012).

³² Ver Bruneau (2006); Avneet (2009); Custers (2009); Bajoria e Pan (2010).

³³ Ver Russia's Nuclear Fuel Cycle (2011).

³⁴ Ver Zagorski (2006).

³⁵ Ver Trenin (2005); Sokov (2009).

³⁶ Ver Trenin (2005); Dvorkin (2009).

³⁷ Ver IAEA (2011).

³⁸ Ver Weitz (2010); Sokov (2011).

³⁹ Ver Nuclear Power in Russia (2011); Koudrik e Nikitin (2011).

⁴⁰ Ver Nikishenkov (2011)

⁴¹ Os outros cinco países são França, Alemanha, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos.

⁴² Ver Yudin (2010).

⁴³ Ver Kuramoto e Appoloni (2002); Flandes (2006); Patti (2010); Stuenkel (2010); Bergner (2011).

⁴⁴ Ver Patti (2010)

⁴⁵ Os respectivos artigos foram publicados no jornal de grande circulação "Folha de São Paulo", em abril de 2010. Ambos foram reproduzidos no *blog* de Paulo Roberto de Almeida, disponível em: <<http://diplomattizando.blogspot.com/2010/04/2082-protocolo-adicional-ao-tnp-duas.html>>.

Acesso em 27 de janeiro de 2012.

⁴⁶ Ver Estratégia Nacional de Defesa (Ministério da Defesa, 2008).

⁴⁷ A "*New Agenda Coalition*" foi criada em 1998 como reação à falta de progresso nos esforços de desarmamento nuclear, após a extensão indefinida do Tratado de Não proliferação Nuclear, e após os testes nucleares conduzidos por Índia e Paquistão

⁴⁸ Antes da inclusão da África do Sul, portanto.

⁴⁹ Até a data de finalização deste texto, junho de 2012.